

ESPAÇO E PESCA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO – SP¹

Eduardo Schiavone CARDOSO²

Resumo

O trabalho objetiva analisar a atividade pesqueira no município de São Sebastião – SP, em suas características mais amplas e em relação às transformações espaciais das últimas décadas, no contexto regional do litoral norte paulista. As mudanças desencadeadas ao longo dos últimos sessenta anos, permitem conectar o estudo da pesca com os processos mais amplos de produção do espaço geográfico, podendo ser definidos alguns momentos dessa dinâmica e das formas de apropriação e expropriação dos recursos naturais e do espaço costeiro e marinho.

Palavras Chaves: Pesca; espaço; tempo; São Sebastião

SPACE AND FISHING IN SAN SEBASTIAN – SP (BRAZIL)

Resumen

El trabajo tiene como objetivo analizar la pesca en São Sebastião - SP, en sus rasgos más generales y en relación con las transformaciones espaciales de las últimas décadas, en el contexto regional de la costa norte de São Paulo. Los cambios introducidos en los últimos sesenta años, permite conectar el estudio de las pesquerías con los procesos más amplos de producción del espacio geográfico.

Palabras clave: Pesca; espacio; tiempo; São Sebastião

INTRODUÇÃO

Realizar uma análise estabelecendo as relações entre a transformação do espaço costeiro e o desenvolvimento da atividade pesqueira é o objetivo destas reflexões apoiadas na ciência geográfica. Partindo de um relato geral das características da ocupação do espaço litorâneo e da configuração do setor pesqueiro no Brasil, o trabalho analisa as mudanças ocorridas no espaço e na pesca do município de São Sebastião - SP ao longo das últimas décadas, com especial enfoque na pequena produção pesqueira e na expansão do turismo litorâneo.

O espaço costeiro comporta uma característica singular por se tratar de uma de faixa de contato entre ambientes marinhos e terrestres, para onde converge uma singularidade de tipos de uso do espaço geográfico, com setores sociais e econômicos distintos e que coexistem de maneira complementar ou conflituosa. A análise da atividade pesqueira e das transformações espaciais no município de São Sebastião permite desvendar parte destas especificidades, centrando a análise nas mudanças desencadeadas ao longo dos últimos sessenta anos.

¹ Uma primeira versão desse texto está presente na coletânea Pescadores em América Latina y El Caribe: espacio, población, producción y política (2011), organizado por Graciela Alcalá e publicado pela Unam – México, com tradução para o espanhol de Diana Méndez Medina. Na versão atual, algumas seções foram suprimidas e os dados atualizados, além de contemplar os mapas e imagens ausentes da obra em espanhol.

² Professor Associado do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria e do PPGGEO – UFSM. Bacharel, licenciado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. E-mail: educard@usp.br

O LITORAL NORTE PAULISTA

A porção sudeste do litoral brasileiro é marcada pela presença das escarpas do planalto atlântico – a Serra do Mar, dando origem a um litoral recortado de pequenas praias entremeadas por serras costeiras recobertas com a chamada Mata Atlântica. Em alguns trechos embutem-se pequenas planícies costeiras, ao passo que em outros os maciços costeiros se sobrepõem à linha da costa.

A partir do litoral foi iniciada a ocupação dos espaços coloniais que vieram a se constituir no território brasileiro. “Arranhando o litoral como os caranguejos”, os lusos desbravaram, nomearam e estabeleceram os primeiros núcleos de povoamento no século XVI. Com um nome de santo foi batizada a Ilha de São Sebastião, separada do continente por um profundo canal. A Ilha de São Sebastião, juntamente com outras pequenas ilhas se constituíram no município de Ilhabela. Do outro lado do canal, no continente, estabeleceu-se o povoado de São Sebastião, elevado à categoria de vila em 1636, e hoje município.

Habitavam no litoral paulista distintos grupos indígenas que feneceram no processo de colonização, deixando suas marcas culturais. Em cada pequena praia, ao longo do tempo, se estabeleceram núcleos de povoamento relativamente isolados, povoados por mamelucos, frutos da miscigenação indígena e européia. A Capitania de São Vicente, onde hoje situa-se o litoral paulista, não representava o núcleo mais dinâmico da economia colonial brasileira, sendo entretanto, um ponto estratégico para a interiorização do povoamento e para a conquista lusa no sul e centro do país.

Outros povos europeus buscavam se apropriar do território colonial brasileiro. No litoral sudeste os franceses se instalaram por algum tempo nas proximidades da atual cidade do Rio de Janeiro, além de navegantes e piratas de várias nações que transitavam ao longo da costa e deixaram parte de seus genes, presentes ainda hoje nos traços físicos de ilhéus e caiçaras³. Com a ocupação agrícola das terras litorâneas sobreveio o trabalho do escravo africano, completando o processo de miscigenação do povo brasileiro.

Toda esta história pode ser apreciada em outras obras. Destaca-se aqui que o litoral sudeste do Brasil, em especial o litoral norte de São Paulo, é um litoral de ocupação antiga, onde viviam grupos indígenas, onde se estabeleceram os portugueses e outros colonizadores europeus e depois os escravos africanos. Não consistiu em núcleo importante de acumulação do capital da metrópole nos primeiros séculos da colonização portuguesa, porém seu

³ Caiçara consiste em um termo para denominar os pescadores e agricultores de parte do litoral sudeste brasileiro, praticantes de uma economia de pequena escala e que ao longo do tempo foi desenvolvendo um conjunto de práticas culturais próprias, com heranças ameríndias, africanas e européias. Hoje esta denominação identifica parte das chamadas “populações tradicionais” do litoral sudeste brasileiro.

povoamento foi se processando na medida em que os pequenos portos estabeleciam o comércio colonial e os núcleos urbanos passavam a se desenvolver. Ao redor destes, as áreas da pequena produção agrícola e pesqueira.

No século XVIII o litoral norte paulista teve um período de dinamismo com a produção de açúcar e com a movimentação portuária da produção oriunda da própria região e do Vale do Paraíba, exportada pelos portos de Ubatuba e São Sebastião. Dinamismo freado em fins do século, quando o fechamento destes portos, em favor do porto de Santos provocou uma retração nas lavouras (ALMEIDA, 1959).

Um momento de grande expansão econômica do estado de São Paulo irá ocorrer a partir de meados do século XIX, em especial com a produção cafeeira e a posterior industrialização. No litoral norte paulista uma nova dinamização econômica se apresenta com o advento da produção do café ao longo do século XIX, quando se formaram as fazendas. Porém, em pouco tempo, perdem espaço para a produção do interior do estado, chegando ao início do século XX com uma população rarefeita e certa estagnação econômica.

As roças de subsistência, os bananais e alguns engenhos de cana formavam a paisagem agrícola do litoral, que já não apresentava o dinamismo portuário da época do café, contrastando com o desenvolvimento da cidade de Santos - o principal porto de exportação da produção do café brasileiro e com o início da formação da grande megalópole brasileira atual – São Paulo.

O contraste entre o desenvolvimento do interior paulista com a produção cafeeira, a conexão São Paulo – Santos através da ferrovia ligando esta produção para o porto exportador e o restante das áreas litorâneas é apontado por autores de meados do século XX, dentre os quais, o geógrafo francês Louis Papy, que oferece a seguinte observação:

Em nenhum trecho, sem dúvida, o litoral e o planalto apresentam diferenças tão profundas na paisagem física e humana quanto no estado de São Paulo, o mais rico e poderoso de toda a Federação. Ligadas entre si por uma estrada, na montanha, tão bela quanto audaciosa, São Paulo, a grande cidade paulista e Santos, seu porto no Atlântico, permanecem estreitamente unidas por laços econômicos. Santos participa do progresso prodigioso do estado de São Paulo de que é a porta aberta para o mundo exterior, mas a cidade é mais do que uma ilha de civilização moderna em um litoral estreitamente compartimentado, pela montanha e a floresta, litoral esse que permaneceu à margem das grandes correntes povoadoras durante esse último século, enquanto se processava, para o interior, uma espantosa conquista pioneira (PAPY, 1957, p.139).

O desenvolvimento do turismo irá marcar a paisagem litorânea a partir de meados do século XX. Iniciada nos anos 30 com a vinda dos primeiros turistas à região, vai se incrementando com a melhoria das vias de acesso ao litoral e culmina com a abertura da BR-101 no trecho Rio - Santos em fins da década de 1970 e meados dos anos 80. Na esteira da

estrada chegam as grandes empresas de loteamento e de construção civil e os espaços da pequena produção agrícola e pesqueira se transformam.

Praias são ocupadas por condomínios turísticos, os antigos núcleos de povoamento se adensam e se urbanizam, as sedes municipais se expandem, algumas delas passando a abrigar grandes estruturas industriais. Nesse processo se estabelecem movimentos migratórios das populações de pescadores e agricultores de suas praias para os núcleos urbanos e de um grande contingente de migrantes de outras áreas do país para o trabalho no dinâmico mercado litorâneo da construção civil.

Figura 01: Croqui de Localização do Município de São Sebastião e do Litoral Norte Paulista



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de <<http://www.litoralvirtual.com>>

Hoje encontramos ao longo do litoral norte paulista um incremento turístico, com a construção de loteamentos de segunda residência, convivendo ao lado de um incremento urbano, em detrimento da forma de organização espacial que perdurou até meados do século XX, caracterizada pela policultura e pela pesca. Nesta dinâmica, algumas áreas são mais atingidas que outras e, enquanto em algumas praias e ilhas não se encontram mais pescadores e agricultores, em outras ainda estão presentes as roças e as casas sem muros ou cercas.

PESCA E ESPAÇO EM SÃO SEBASTIÃO

Traçadas as linhas gerais dos processos de ocupação do litoral norte paulista, esta seção busca descrever as mudanças nas modalidades de uso do espaço e na organização do

setor pesqueiro em São Sebastião nos últimos 60 anos. Parte da análise de fontes bibliográficas e depoimentos colhidos por ocasião de trabalhos de pesquisa realizados na década de 1990 e dados atualizados para a produção do presente texto. Algumas das reflexões aqui expostas compuseram o trabalho de dissertação de mestrado intitulado “Vitoreiros e Monteiros: Ilhéus do Litoral Norte Paulista” (CARDOSO, 1996).

Figura 02: Croqui do Município de São Sebastião



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de <<http://www.saosebastiao.com.br>>. Acesso em: 05/09/2008 e <<http://www.litoralvirtual.com>>

A partir da análise dos processos de ocupação do litoral norte paulista e do desenvolvimento do setor pesqueiro brasileiro, podem ser identificados momentos de convergência entre estes dois processos ao longo do século XX e início do XXI, com repercussões no espaço geográfico e na organização da atividade pesqueira de São Sebastião. Tais momentos, qualitativamente diversos, apresentam novas questões para a análise e podem ser uma referência para a periodização exposta a seguir.

O ESPAÇO CAIÇARA - PREDOMÍNIO DA PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA

Em meados deste século, o litoral paulista e em especial o litoral norte se caracterizou como uma região estagnada economicamente, de poucas ligações com o restante do Estado, não compartilhando do avanço das frentes pioneiras de povoamento pelo interior. O declínio da produção cafeeira no litoral norte paulista a partir do último quartel do século XIX promoveu uma retração econômica na região, que abriu a possibilidade de uma nova forma de produção do espaço desenvolvida por uma forma particular do campesinato, o pescador e agricultor caiçara.

Praticantes da pesca e de uma pequena agricultura, as comunidades caiçaras ocupavam as áreas rurais dos municípios litorâneos, concentradas nas praias que ofereciam maior abrigo e mais dispersas naquelas consideradas mais bravas. À beira-mar situavam-se as moradias e os ranchos para a guarda dos apetrechos de pesca, ao passo que as roças situavam-se mais para o interior ao pé da serra ou nas vertentes íngremes da Serra do Mar, os sertões.

Nas roças cultivavam o feijão, o milho, a mandioca, a batata, a abóbora, entre outros, para consumo e para as trocas. Na pesca, além de outras espécies, a tainha era esperada nos meses de inverno, e os cercos de tainha mobilizavam toda a comunidade. Os rendimentos da pesca da tainha forneciam os recursos para a compra de roupas, ferramentas e utensílios (CARVALHO, 1948).

As plantações de cana de açúcar, que movimentavam os pequenos engenhos de aguardente, e os bananais que produziram em 1950 a quantia de 1.560.000 cachos, completavam a paisagem rural do município (IBGE, 1958). Dispondo de parques meios, a pesca praticada pelos pescadores caiçaras explorava um espaço restrito aos ecossistemas litorâneos próximos à costa, até onde se atingia de canoas a remo.

Da convivência com o mar, as roças e a Mata Atlântica, a população caiçara desenvolveu um amplo conhecimento dos elementos e processos naturais, em parte herdados da cultura indígena. Da mesma maneira, habilidades para a lida com o mar, os peixes, as madeiras e ervas da mata. Das práticas sociais e culturais, destacam-se as manifestações religiosas e profanas, representadas pelas rezas, ladainhas, folias, bailes e fandangos animados pela viola e pelo pandeiro, onde eram tocadas modas, serra-bailes, chamarritas, xibas e canoas. Os acontecimentos do cotidiano eram relatados em pasquins pelos tiradores de verso.

Por volta de 1920 chegavam os primeiros barcos de Santos que passaram a comprar a produção do pescado das praias e comunidades caiçaras, estabelecendo um comércio extra-regional e a formação do preço para o pescado. O estabelecimento de um mercado para o peixe fez com que alguns portos pesqueiros passassem por transformações com o crescimento populacional, o abandono das práticas da agricultura e a especialização na faina pesqueira, processos ocorridos na comunidade do Sombrio, situada na Ilha de São Sebastião (MUSSOLINI, 1980).

Data deste período também a imigração japonesa, que se estabelecendo na região promoveu a introdução do cerco flutuante e o estabelecimento das salgas de pescado (MUSSOLINI, 1980).

É desse período ainda a denúncia de que o comércio do pescado com os atravessadores, que vendem a produção no mercado de Santos, é uma forma de exploração do

trabalho dos pescadores locais que recebem cerca de 1/10 do valor do quilo de garoupa revendido (A VOZ DO MAR, 1938).

A comunicação com os centros urbanos era realizada por trilhas que acompanhavam as praias e pelas canoas de voga que faziam o comércio entre as praias e entre as cidades situadas no litoral norte. O depoimento de um morador de Jukei, praia da costa sul de São Sebastião, refere-se àquele tempo, como um tempo em que a viagem para a sede do município demorava três dias: um para ir, um para fazer o negócio e outro para voltar.

Além das caminhadas, as chamadas canoas de voga, canoas de grande porte, estabeleciam o comércio entre o núcleo urbano de São Sebastião, as praias do município, Santos e as demais cidades do litoral norte.

O processo de criação das Colônias de Pescadores, iniciado no ano de 1919 pela Marinha brasileira, passou por uma reformulação no ano de 1939, quando foi proposta uma nova organização das Colônias. Em seu processo inicial foram criadas duas colônias abrangendo o município de São Sebastião: uma na sede do município e outra no Bairro do São Francisco situado ao norte da sede. Estas duas foram fundidas sob o argumento de que se exercia uma pesca muito deficiente nestas duas áreas e não havia um recenseamento para discernir os verdadeiros pescadores, estando um número grande de pescadores de Toque Toque, na costa sul do município e da Ilha do Monte de Trigo, alheios aos trabalhos das Colônias de Pescadores (A VOZ DO MAR, 1939).

Em 1950 o município de São Sebastião contava com 6033 habitantes, dos quais 1793 compunham o núcleo urbano, ao passo que os demais estavam dispersos ao longo das praias, ou formando os pequenos bairros. Sua produção de pescado girava em torno de 360 toneladas (IBGE, 1958).

URBANIZAÇÃO, TURISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO DA PESCA

Presente desde meados dos anos trinta, a atividade turística teve um grande incremento a partir da década de sessenta. As ligações rodoviárias entre São José dos Campos-Caraguatatuba (datada da década de trinta), Ubatuba-Caraguatatuba (na década de cinquenta), Bertioga-São Sebastião (na década de sessenta) e a Rio-Santos (com asfaltamento finalizado nos anos 80), incrementaram o fluxo turístico para o litoral norte, acompanhado dos capitais do planalto que somados aos capitais locais, formaram os primeiros loteamentos de veraneio.

Concomitantemente, as cidades passaram a sofrer um incremento urbano com a vinda de migrantes de fora da região e das praias e povoados mais isolados. Também os bairros

praianos começam a se urbanizar com o estabelecimento de estruturas comerciais e segundas residências.

No Toque-Toque Pequeno, situado no município de São Sebastião, o estabelecimento da primeira casa de veraneio data do final dos anos cinquenta. Esta mesma praia, na década de setenta, tem 80 % de sua área adquirida pela Empresa Albuquerque e Takaoka, que aí instala um condomínio de alto padrão, presente até os dias de hoje (NOFFS, 1988).

As terras, que muitas vezes não passavam de posses sem titulação, vão sendo compradas por preços irrisórios, quando não simplesmente griladas, e passam a ser medidas em metro quadrado, conforme os padrões urbanos e cotadas a preços altos, valorizadas pela beleza da paisagem e pelo desejo da segunda residência à beira-mar.

O processo de urbanização dos antigos espaços caiçaras é acompanhado por um movimento populacional de várias direções: a mudança espacial das moradias caiçaras da beira-mar para os sertões; a migração das populações caiçaras para as cidades e; a chegada de migrantes de outras áreas do país que se estabelecem na região, primordialmente no ramo da construção civil.

As cidades experimentam então o surgimento de bairros novos e o incremento dos bairros populares. Em 1970 a população do município de São Sebastião era de 12.385 habitantes, com 94% da população urbanizada (SILVA, 1975). Na segregação espacial presente no litoral, estes bairros passam a ocupar as vertentes escarpadas da Serra do Mar, em áreas de risco de desmoronamentos.

Aos caiçaras, privados de suas terras, o destino é a cidade ou os sertões, onde raramente mantém a atividade agrícola. Nas cidades alguns se especializam na pesca ou passam a viver de pequenos bicos ou algum serviço nas prefeituras locais. Outros incorporam-se aos serviços voltados ao turismo, como caseiros, domésticas e marinheiros de embarcações de recreio. Os que mantiveram suas posses tornaram-se pequenos comerciantes ou donos de pousadas e campings, podendo ou não manter os trabalhos na pesca.

Esta dinâmica, embora resultado de um processo comum, assume feições variadas ao longo do litoral, de acordo com as especificidades de cada lugar. Enquanto algumas praias foram totalmente tomadas por loteamentos e condomínios de segunda residência, outras mantiveram o núcleo caiçara original, já urbanizado, onde funciona um pequeno comércio e serviços como a escola, o posto de saúde o correio, etc.

As de mais difícil acesso preservaram um padrão de ocupação típico do espaço caiçara, embora em alguns casos as terras já pertençam a algum empreendedor imobiliário e a agricultura já tenha sido abandonada em função da facilidade da obtenção de alimentos pela via mercantil.

Na sede do município de São Sebastião, nos anos sessenta, inicia-se a construção do Terminal Petrolífero Almirante Barroso da Petrobrás - TEBAR. A cidade é completamente remodelada, passando a abrigar uma estrutura de descarga e armazenamento de petróleo, que por via de oleodutos comunica-se com refinarias do Vale do Paraíba, do interior do Estado e da Baixada Santista. A construção do Terminal, finalizada em 1969 trás novas funções para a cidade, que passa a ser ponto estratégico na circulação do petróleo.

Figura 03: A Cidade de São Sebastião e o Terminal Petrolífero



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de
<<http://maps.google.com.br>>
e foto do arquivo pessoal

Paralelo ao estabelecimento do terminal petrolífero, o porto de cargas também se amplia e passa a ter um movimento mais intenso. É nesse processo de crescimento das infra-estruturas de circulação que a cidade passa a abrigar uma grande indústria de pescado: a Companhia Nacional de Frigoríficos - CONFRIO.

Implantada na primeira metade dos anos 60, exporta para os EUA o primeiro lote de 70 toneladas de camarão congelado em 1965 e sua publicidade em 1970 aponta para uma área construída de 8000 metros quadrados, entre fábrica e depósito, e 27 barcos próprios, em geral voltados para o arrasto de camarão (REVISTA NACIONAL DA PESCA, 1964, 1965, 1970).

Os trabalhos realizados por Diegues (1973; 1983) indicam o emprego de 300 trabalhadores na empresa e a presença dos grandes arrastos de camarão da CONFRIO nas enseadas do litoral norte entre uma e outra saída de pesca. Esta empresa consistiu na maior indústria pesqueira do litoral norte paulista e teve projetos aprovados pela SUDEPE da ordem de 18,3% do total dos incentivos recebido pelas empresas de pesca de São Paulo em 1971 (SILVA, 1975).

Ao lado das demais empresas, a chegada da CONFRIO representou o momento de modernização e industrialização da pesca, referido nas seções anteriores e que culminaram com o predomínio das capturas industriais na composição da produção pesqueira do estado de São Paulo. Os desembarques de pescado registrados no porto de São Sebastião para os anos de 1968, 1969 e 1970 corresponderam a 4.044, 2.314 e 1.551 toneladas respectivamente, com predomínio das sardinhas e camarões (DIEGUES, 1973). Nos anos de 1971 a 1974, situou na faixa de 1500 toneladas (MENCIA-MORALES, 1976). Além do transporte por embarcações, a abertura das estradas de rodagem incrementou o transporte rodoviário do pescado que passa a atingir o mercado da capital paulista.

A implantação de um segmento industrial de captura e processamento de pescado em São Sebastião, entretanto, não eliminou a pequena produção pesqueira. Aos processos de industrialização da pesca e de transformação do espaço caiçara, soma-se um processo de especialização na pesca para parte dos antigos pescadores-agricultores que se urbanizam (DIEGUES, 1983). No caso específico do Bairro de São Francisco, um processo migratório de pescadores catarinenses ao longo dos anos de 1980, reproduzindo em um novo espaço sua condição de pescadores artesanais.

A DIFERENCIAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA

São Sebastião chega na primeira década do século XXI com uma população de mais de 73.000 habitantes (IBGE, 2012). Na sede do município bairros populares se adensam, para o norte a urbanização apresenta um contínuo, somente interrompido em função das escarpas que separam as Praias de São Francisco, Cigarras e o Canto do Mar. A partir daí, as planícies da Enseada são ocupadas por bairros de moradores e residências de turistas. Para o sul, cada antigo núcleo de povoamento se adensa, com uma morfologia própria. À beira-mar se estabeleceram os condomínios e loteamentos de segunda residência, contrastando com as áreas antigas da ocupação caiçara. Envolvendo ambos crescem as ocupações mais recentes, oriundas do movimento de migração e estabelecimento das moradias populares ocupando planícies ou as encostas das montanhas costeiras. Na ilha do Monte de Trigo permanece o núcleo de pescadores em suas casas simples de madeira, sem muros.

Este adensamento populacional representa a continuidade do processo de expansão da urbanização do município e sua função como um destino turístico. Nas temporadas de veraneios, a população aumenta vertiginosamente. Os serviços para o atendimento desta demanda também.

A emergência e politização da questão ambiental ao longo das últimas três décadas e a criação de mecanismos de regularização, normatização e fiscalização ambiental, nas várias esferas da administração pública, se refletem também ao nível municipal. Por um lado busca-se regulamentar a ocupação do espaço, através de restrições de uso ou estabelecimento de padrões de construções. Por outro fiscalizar atividades prejudiciais à preservação do meio ambiente. Algumas destas ações incidem diretamente nas atividades dos pescadores de pequena escala.

No caso da Colônia de Pescadores Z-14 de São Sebastião, inúmeras ações e denúncias são desenvolvidas frente à ocupação dos espaços litorâneos, a competição com os grandes barcos de arrasto e o vazamento de petróleo.

Acompanhando o processo de politização da questão ambiental e ainda o momento de redemocratização do país, emergem grupos e entidades civis que passam a atuar como agentes políticos na discussão de questões voltadas à preservação ambiental, preservação da cultura, demandas dos grupos de pescadores e demais produtores de pequena escala. Estas organizações, dentre elas o Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma, o Movimento de Preservação de São Sebastião, entre outras ONG's, se manifestam com diferentes instrumentos, elaborando propostas e projetos que se aliam ou se contrapõem às práticas da Colônia dos Pescadores⁴.

A CONFRIIO, na década de oitenta, fecha suas portas da unidade de São Sebastião. Aquela que se configurou como a maior indústria pesqueira do litoral norte, encerra suas atividades na região. Dentre as possibilidades de entendimento deste fato, pode-se destacar os limites de expansão do capitalismo industrial na pesca. Após algumas décadas de predação, os recursos naturais passaram a não fornecer o retorno de capital necessário para a acumulação, levando o empreendedor a buscar outras áreas de exploração. Outra via de interpretação pode sinalizar para questões gerenciais e para o fim dos subsídios governamentais que financiaram a expansão da empresa.

De qualquer modo é um fato que ilustra as mudanças no setor pesqueiro brasileiro. Com o fechamento da CONFRIIO, o setor pesqueiro de São Sebastião passa a ser

⁴ Yvan Breton na primeira metade dos anos 90 coordenou um trabalho de pesquisa no litoral paulista e fluminense. Em São Sebastião analisou as relações entre os pescadores, as associações civis e as políticas públicas, apontando os limites e as possibilidades de coalisões e encaminhamento das demandas do movimento dos pescadores. (BRETON e CAVANAGH, 2005).

caracterizado pelo predomínio da pesca de pequena escala. Entretanto, no interior da atividade, encontram-se diferenciações significativas do ponto de vista das técnicas de pesca e embarcações, capitalização dos produtores e recursos explorados.

Figura 04: Diferenciação das Estruturas Produtivas



A partir do alto à esquerda e no sentido horário aparecem a batera para a pesca de camarão, a canoa a remo, o bote e a canoa motorizada, revelando distintos níveis de capitalização da pesca artesanal.

Fonte: Arquivo Pessoal

No Bairro do São Francisco, local de destino de boa parte dos pescadores migrantes de Santa Catarina, se concentra uma pesca de camarão mais capitalizada, com barcos motorizados, equipados com uma ou duas redes de arrasto de porta. No ano de 1993 foram identificadas 35 turmas de pesca, totalizando cerca de trezentas pessoas entre pescadores e seus dependentes (ASSUMPÇÃO et alli, 1996). No processo de renovação das licenças para a captura de camarão sete barbas, levado a cabo pela SEAP nos últimos anos, foram concedidas 52 licenças para pescadores filiados à Colônia de Pescadores de São Sebastião, residentes no município e no município vizinho de Caraguatatuba (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO, 2008).

Além das capturas de camarão por arrasto, a pesca de rede também está presente no Bairro do São Francisco, baseada em embarcações menores e algumas não motorizadas. Concentra-se no Bairro as peixarias que compram a produção dos pescadores e os

intermediários que levam esta produção aos mercados de fora do município, em especial para a cidade de São Paulo.

Nos últimos anos foi criada uma Cooperativa de Pescadores, sediada no Bairro, agregando cerca de 70 pescadores dos municípios de São Sebastião e Ilhabela, que recebe a produção de duas dezenas de embarcações. Esta cooperativa organiza o processo de venda a varejo, estocagem do produto para venda na temporada de veraneio e venda para o mercado de São Paulo.

No porto, situado na sede do município, operam algumas embarcações de maior porte, de propriedade de armadores de pesca, tendo se instalado recentemente uma empresa para exploração de recursos de altura, composta por capitais estrangeiros.

Nos demais bairros da costa norte e em toda a costa sul, a pesca se caracteriza como uma pesca de pequena escala. No levantamento realizado no ano de 1993, já aludido, foram identificadas 38 turmas de pesca ao longo das praias, perfazendo um total de cerca de 100 pescadores e trezentos dependentes, parte deles mesclando a atividade pesqueira com serviços voltados ao turismo. Predomina a pesca de rede, em embarcações de pequeno porte e sem motorização. Na costa sul, na década de 1990, estavam em operação seis cercos flutuantes. Na ilha do Monte de Trigo cerca de 10 famílias, totalizando aproximadamente 50 moradores fazem da pesca artesanal, de linha e de rede, seu principal sustento (ASSUMPCÃO et alli, 1996).

A maricultura, com o cultivo de mexilhões tem se desenvolvido de forma lenta no município, que abrigava em 2001, 5 pequenos parques de cultivo, responsáveis pela produção de 4,9 toneladas de mexilhões (FAGUNDES et alli, 2004).

Figura 05: Aspectos da Ilha do Monte de Trigo



Fonte: Arquivo Pessoal

Os montantes da produção pesqueira municipal recuam frente aos dados dos anos de 1970. Em 1993, através da declaração dos grupos de pesca identificados, chegou-se a um total de 470 toneladas anuais de produção pesqueira municipal, com predomínio dos produtos provenientes do arrasto de camarões (camarão sete barbas, camarão branco e “mistura”, totalizando 240 toneladas), enquanto o restante se distribui por 35 espécies e grupos de espécies, dentro os quais se destacam as corvinas com 50 toneladas produzidas, carapaus, tainhas e pescadas, com cerca de 20 toneladas cada, seguidas pelas sororocas, espadas e cações, com cerca de 17 toneladas cada um. Dentre os moluscos, o destaque vai para a captura de lulas, que atingiu cerca de 10 toneladas no período, segundo a declaração dos produtores (ASSUMPCÃO et alli, 1996).

Figura 06: Espécies Capturadas



Da esquerda para a direita, o resultado de um arrasto de camarão, tendo ao fundo a fauna acompanhante, uma pescaria de rede de superfície e a pesca de cações e corvinas com rede de fundo.

Fonte: Arquivo Pessoal

O Instituto de Pesca do estado de São Paulo tem feito um trabalho de retomada do controle estatístico da produção pesqueira municipal, computando cerca de 550 toneladas no ano de 2010, oriunda de desembarques controlados (INSTITUTO DE PESCA, 2012). A considerar estes montantes, observa-se que a produção atinge cerca de 1/3 e 1/4 da produção atingida nos anos de operação da frota industrial da CONFRIO no município. Para o estado de São Paulo, a produção da pesca marítima apresenta uma redução de 43.144 toneladas em 1974, para cerca de 20.900 toneladas em 2011, segundo os dados disponíveis (MENCIA-MORALES, 1976; INSTITUTO DE PESCA, 2012).

MUDANÇAS ESPACIAIS E AS TRANSFORMAÇÕES NO SETOR PESQUEIRO – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como síntese dos momentos descritos nas seções anteriores, pode-se identificar um processo de passagem de um espaço caracterizado pela pequena produção agrícola e pesqueira, para um espaço urbanizado, com estruturas industriais de grande porte e um forte incremento turístico. Em termos da atividade pesqueira, um momento inicial de predomínio da produção de pequena escala e o estabelecimento dos circuitos comerciais do pescado, a implantação de um setor pesqueiro industrial de curta duração e a retomada de uma pesca de pequena escala, porém com distintos níveis de capitalização dos produtores. Neste processo, a emergência da problemática ambiental.

Aos pescadores de pequena escala, uma série de desafios são postos para sua reprodução social. O primeiro diz respeito à especialização na atividade pesqueira e as novas alternativas de ocupação que se colocam. Se as atividades tradicionais dos caiçaras envolviam um calendário complementar entre lavoura, pesca e uma pequena produção extrativa ou de artesanato, o que está posto no presente é a permanência na atividade pesqueira combinada com serviços no ramo turístico, na construção civil ou em serviços temporários.

Aos pescadores exclusivos, os desafios para aumentar a apropriação da renda de seu trabalho e as distintas formas de competição pelo pescado, seja entre a pesca de pequena escala e as frotas industriais sediadas em outros municípios, seja entre as diferentes modalidades de captura no interior da pequena produção pesqueira. Com relação à questão ambiental, ao mesmo instante que as regulamentações objetivam a preservação dos recursos naturais, a reprodução da pequena produção pesqueira requer o aproveitamento destes recursos, em especial madeira para a construção de canoas, reforma de embarcações e confecção de algum artesanato para aqueles que o fazem como complemento das atividades econômicas. Nesse processo os pescadores se encontram frente a um novo campo de embate.

Quanto às modalidades de uso do espaço, poucas áreas permanecem para o manejo pesqueiro. Em algumas praias, até os antigos ranchos para a guarda de apetrechos e embarcações foram excluídos, em função da expansão dos condomínios turísticos.

As possibilidades de reprodução da atividade pesqueira em São Sebastião perpassam desta forma por várias questões. Em parte situa-se nas possibilidades de ação política dos pescadores e suas alianças, embates ou apoios frente a outros agentes sociais da produção do espaço geográfico de São Sebastião e do setor pesqueiro nacional. Por outra parte situa-se no desenvolvimento de uma atividade pesqueira que caminhe para desfazer os entraves nas esferas da economia do pescado e da manutenção dos recursos pesqueiros, garantindo a base espacial, em terra e no mar, para seu futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antonio Paulino de. **Memória Histórica sobre São Sebastião**. Revista de História, v. XIX, 1959.

ASSUMPCÃO, Roberto de, Eduardo Schiavone Cardoso, Nelson Giulietti, **Situação da Pesca Artesanal Marítima no Município de São Sebastião**, Informações Econômicas, n. 5, v. 26, 1996.

A VOZ DO MAR. ano XVII, n. 152, 1938.

_____. ano XVIII, n. 164, 1939.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. **Pescadores da Ponta do Cajú: Aspectos da Contribuição de Portugêses e Espanhóis para o Desenvolvimento da Pesca na Guanabara**. Revista Brasileira de Geografia, n.2, ano XX, 1958.

BRETON, Yvan, CAVANAGH, Julie. Mobilização de Pescadores e Política Municipal em São Sebastião. In DIEGUES, Antonio Carlos Santana (org.) **O Olhar Estrangeiro - Enciclopédia Caiçara**. São Paulo, Hucitec/Nupaub, v. III, 2005.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Vitoreiros e Monteiros: Ilhéus do Litoral Norte Paulista**. São Paulo, Dissertação de Mestrado – Geografia, FFLCH-USP, 1996.

CARVALHO, Maria da Conceição Vicente de. **O Pescador no Litoral Leste do Estado de São Paulo**. Revista do Arquivo Municipal, ano IX, v. XCII, 1948.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **Pesca e Marginalização no Litoral Paulista**. São Paulo, CEMAR, 1973.

_____. **Pescadores Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

DIAS NETO, José e DORNELLES, Lia Drumond. **Diagnóstico da Pesca Marítima no Brasil**. Brasília: IBAMA, 1996.

FAGUNDES, Lúcio, GELLI, Valéria Cress, OTANI, Malimíria Norico, VICENTE, Maria Carlota Meloni e FREDO, Carlos Eduardo. **Perfil Sócio-econômico dos Mtilicultores do Litoral Paulista**. Informações Econômicas. n. 5, v.34, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Área protegida em SP pode pôr fim à pesca de arrasto**. São Paulo, 23 de abril, 2008.

IBAMA. **Estatísticas da Pesca - 2004**. Brasília: MMA, 2005.

IBGE. São Sebastião. In **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, v. XXX, 1958.

_____. Cidades@, www.ibge.gov.br, acesso em dezembro de 2012.

INSTITUTO DE PESCA. **Estatística Pesqueira**, www.pesca.sp.gov.br, acesso em dezembro de 2012.

MENCIA-MORALES, Francisco. **Avaliação da Indústria Pesqueira de São Paulo**. Rio de Janeiro, PDP-SUDEPE, 1976.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara**. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

NOFFS, Paulo. **Os Caiçaras de Toque Toque Pequeno : Um Estudo de Mudança Espacial**. São Paulo, Dissertação de Mestrado – Geografia, FFLCH-USP, 1988.

PAPY, Louis. **A Margem do Império do Café: A Fachada Atlântica de São Paulo**. Boletim Geográfico, n.137, ano XV, 1957.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO. Site Oficial, www.saosebastiao.sp.gov.br, acesso em 12 de maio de 2008.

REVISTA NACIONAL DA PESCA. ano V, n. 36, 1964.

_____. ano VI, n. 42, 1965.

_____. Ano XII, n. 101, 1970.

SEAP – SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. **Registro Geral da Pesca**. Brasília: SEAP, 2006

SILVA, Armando Correa da. **O Litoral Norte de São Paulo: Formação de Uma Região Periférica**. São Paulo, Igeog - USP, 1975.

SILVA, Luiz Geraldo. **Os Pescadores na História do Brasil**. Recife, CPP/Vozes, 1988.

_____. **Pescadores, Militares e Burgueses : Legislação Pesqueira e Cultura Marítima no Brasil (1840-1930)**. Recife, Dissertação de Mestrado – História, UFPE, 1991.

Artigo Recebido em: outubro de 2014.
Artigo Aprovado em: dezembro de 2014.